



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
PFL	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Eduardo Cheida - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali Hamzê - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Carlos Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo Ilkiv - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 003

3ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Designações 04

Requerimentos 05

Projetos de Resolução 07

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Cheida 18

Dep. Jocelito Canto 19

Dep. Péricles de Mello 20

Grande Expediente:

Prof. Ana Inês Almeida 20

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Luiz Nishimori 23

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 24

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 25

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 26

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 28

Discussão / Votação:

2ª Discussão 29

Discussão Única (Proposições) .. 29

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 31

Publicações:

Atas de Comissões

Redação 31

Tomada de Contas 32

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 32

Fiscalização 32

DIÁRIO Nº 003

3ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE FEVEREIRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cheida, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva e Geraldo Cartário (04).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 2200/06/GS, do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre os valores de recursos do SUS recebido pelo Governo do Estado no ano de 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2292/06/GS, do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre os valores de atrasados dos repasses aos hospitais de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3738/06/GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Reni Pereira, que pede esclarecimentos sobre os critérios que embasaram a decisão de eliminar os 2º colocados do basquetebol do 53º Jogos Colegiais 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CODR-C/2200/06/DFI, do Sr. Paulo Roberto Trompcynski, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da COPEL, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto e Elio Rusch, que pedem esclarecimentos sobre A Usina Termelétrica de

Araucária. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 3821/06-GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre o concurso de Coordenador Pedagógico Para o CIAAD - Londrina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3793/06-GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre o fechamento do Colégio Rafaela Jorge de Oliveira, do Município de Florestópolis. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 141/07-GS/SEED, do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre A Instrução Normativa 03/06-DIE. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2093/06, do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a interrupção no repasse de recursos do Sistema de Assistência à Saúde - SAS, para Santa Casa de Londrina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 700/06-SEMA/GS, do Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre as operações realizadas por agentes da Polícia Florestal, no Município de Londrina, tendo como consequências apreensões e multas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 5261/06 - GAB/IBAMA/PR, da Sra. Andréa Vulcanis - Superintendente do IBAMA-PR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre as fiscalizações e providências tomadas em relação ao desrespeito às portarias e decretos do IBAMA, sobre o período da piracema nos rios paranaenses. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 216/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a negociação do reajuste

salarial dos professores do Ensino Superior Público. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 235/07, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a classificação do Sr. Ari Alfreu de Almeida Renovato, candidato do Concurso Público para Investigador de Polícia 97/98. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 29/07

Curitiba, em 28 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 28 de fevereiro de 2007, por estar me submetendo a uma pequena intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesta data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicações

INDICAÇÃO S/N

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que a partir da presente data o Partido Verde - PV passará a integrar a Bancada do Bloco Parlamentar PSB/PL/PRB, nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) RENI PEREIRA

ROSANE FERREIRA

INDICAÇÃO Nº 002/07

Exmo Sr. Governador do Estado:

O Deputado que subscreve a presente indicação legislativa dirige-se a V. Exa. para indicar o seguinte:

1) a instituição, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e do artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Fronteira constituída pelos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e fronteiras com o Paraguai, (Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Itaipu-lândia, Missal, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra);

2) sugere que na mensagem governamental criando a referida região expresse a autorização para que o Conselho Deliberativo da referida, celebre convênio com os Municípios limítrofes de Puerto Iguaçu (Argentina), Puerto Franco, Ciudad del Este e Hernandarias (Paraguai);

3) que a Região Metropolitana de Fronteira tenha um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo;

4) que o Conselho Deliberativo constitua-se por 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes da lista tríplice elaborada pelo Conselho dos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu e outro pelo Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu;

5) que o Conselho Consultivo componha-se de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e 3 (três) representantes da sociedade civil, escolhidos de comum acordo pelos Municípios.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A região possui características econômicas e sociais semelhantes, possuindo como fator de ligação o Lago de Itaipu, tanto que os referidos Municípios possuem já uma organização bastante desenvolvida denominada "Conselho dos Municípios Lindeiros" que recentemente passou a ter direito a um assento no Fórum do MERCOSUL. Todos fazem fronteira com o Paraguai e em relação aos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Medianeira, Argentina.

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado da Região possibilitará a programação e otimização de serviços públicos comuns; coordenação e execução de programas e projetos de interesse comum da Região Metropolitana, objetivando, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços.

Os interesses regionais que justificam os serviços comuns aos Municípios que integram a Região são muitos, mas destacam-se:

- planejamento e desenvolvimento integrado de um programa de segurança;
- planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social, principalmente na área de turismo;
- saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;
- uso do solo metropolitano, nas áreas urbanas e rurais;
- transporte e sistema viário;
- aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;
- outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Edson Strapasson para representar esta Casa de Leis na Reunião do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MER-

COSUL - UPM, nos dias 01 e 02 de março, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ribas Carli Filho para representar esta Casa de Leis no Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL, no dia 02 de março de 2007, na cidade de Porto Alegre.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 054/07 - Mensagem nº 005/07.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia da Proposição de nº 036/06, item 02, por dez sessões.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 050/07, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 28 de fevereiro de 2007.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a reunião na Secretaria de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 149

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Novo B - Sítio Cercado, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesse bairro, mais especificamente em uma cancha de esportes sita entre as Ruas Ourizona e Paulo Rio Branco de Macedo. Ocorre que desocupados se reúnem no local, fazem uso de drogas e promovem algazarras durante a noite toda, atrapalhando o sossego dos moradores, além do perigo de acontecimentos mais graves. Face ao exposto, eles pedem policiamento o mais breve possível, para que a comunidade sinta-se mais segura e protegida.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 150

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Alto, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesse bairro, mais especificamente nas Ruas Tingüi, esquina com a Rua Guaíba, em frente ao nº 1622, à partir das 16:00 e na Rua Rio Amazonas. Ocorre que desocupados se reúnem nessas ruas, se aglomeram em alguns trechos e quando os pedestres por ali trafegam, são encurralados e assaltados. Arrombamentos nas residências são realizados constantemente e os moradores estão completamente apavorados e sem segurança. Face o exposto, eles pedem providências urgentes devido a situação crítica em que se encontra a comunidade local.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. André Monteiro - Consultor Comercial da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 01 (um) telefone público no pátio interno da empresa Forever Living Products Brasil Ltda, situada na Rua Lourenço Pinto, 277, nesta Capital.

Tal solicitação, prende-se ao fato do grande fluxo de pessoas no interior da referida empresa nos períodos

diurno e noturno, sendo que em outras filiais em diversos Estados tais como: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Pará, já possuem o benefício da instalação de telefone público em suas dependências.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. André Monteiro - Consultor Comercial da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a Reinstalação de 01 (um) telefone público nas proximidades da Rua Pedro Lopes, 445-A, entre as Ruas Ulisses Guimarães e Manoel Couto, no Conjunto Pirineus - Bairro Pinheirinho, nesta Capital.

Tal solicitação, prende-se ao fato de moradores e comerciantes locais necessitarem com a máxima urgência da reinstalação deste telefone público.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Secretaria de Segurança Pública, o estudo de viabilidade para a implantação de um Núcleo de Proteção ao Cidadão, no Bairro da Água Verde em Curitiba, mais especificamente na Praça Elias Abdo Bittar.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A falta de segurança nos bairros é uma realidade.

Tal solicitação se faz em atendimento aos inúmeros pedidos que recebemos, após ouvirmos a comunidade local.

Acreditamos que com a instalação deste Núcleo de Proteção ao Cidadão, estaremos atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores e ajudaremos no sentido de combater a violência local.

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Secretaria Estadual de Educação, informação sobre a situação da Escola Estadual São Cristóvão no Município de São José dos Pinhais, pois há reclamações de falta de espaço físico para os alunos que dividem espaço conjuntamente com uma Escola Municipal (Padre Pedro Fuss).

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz em atendimento aos pedidos de pais de alunos da comunidade local, que reclamam da carência de espaço físico adequado.

REQUERIMENTO Nº 153

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER a essa dought Mesa Executiva a execução de uma Audiência Pública para debater as recentes denúncias de exagero nas sentenças judiciais que obrigam o Estado do Paraná a fornecer determinados medicamentos aos usuários do SUS do Paraná, além de debater o porquê de estar existindo a necessidade de os cidadãos paranaenses terem que recorrer à Justiça para terem acesso aos medicamentos de que necessitam. A audiência também poderá apresentar sugestões para a solução dessas distorções.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o dought Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que seja doado ao Município de Foz do Iguaçu, parte de área do Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu, totalizando 56.250 m objetivando a construção de Centro de Convivência Escola-Bairro, conforme solicitação do Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 158

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o dought Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de autorizar obras de benfeitorias no Colégio Estadual Ayrton Senna, localizado no Bairro Jardim Lancaster II, no Município de Foz do Iguaçu, pois o referido colégio necessita, urgentemente, de reformas em suas instalações, inclusive hidráulicas e elétricas, bem como a construção de seis salas de aulas, uma sala para biblioteca, o término da quadra de esportes e regularização da documentação do mesmo, haja vista que possui 1.500 alunos matriculados e uma lista de espera por vagas de trezentos alunos, conforme solicitação da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, as adiante nominadas Deputadas com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa a reserva do horário do Pequeno e do Grande Expedientes do dia 08 de março,

às 10h00, para as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, CIDA BORGHETTI, ROSANE FERREIRA e BETI PAVIN.

REQUERIMENTO Nº 142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alexandre Weinhardt Silveira, ocorrido no último dia 06 de fevereiro de 2007, no Município da Lapa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 92 anos de idade, faleceu no último dia 06 de fevereiro, no Município da Lapa, o Sr. Alexandre Weinhardt Silveira. Era industrial no ramo ervateiro.

O Sr. Alexandre Weinhardt Silveira deixou viúva a Sra. Maria Madalena Portes Silveira. Deixou ainda cinco filhos e sete netos e dois bisnetos.

O passamento do Sr. Alexandre veio abrir uma enorme lacuna no seio da família, bem como no vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos... Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos e familiares do Sr. Alexandre encontrem na fé a na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família do Sr. Alexandre, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 159

Sr. Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da artista Lala Schneider, ocorrido no dia de hoje, nesta Capital.

Atriz de teatro, televisão e cinema, Diretora e professora de interpretação. Seu primeiro trabalho no palco, em 1950, foi O Poder do Amor, para o teatro de adultos

do SESI. Fez parte de inúmeras montagens do Teatro do Estudante do Paraná, onde ganhou vários prêmios em festivais nacionais. Com Entre Quatro Paredes, de Sartre e com direção de Armando Maranhão, viajou por várias Cidades do Brasil. Com Pedro Mico, de A. Callado, foi a Buenos Aires e Montevideu e várias cidades brasileiras.

Atuou em inúmeras peças pelo Teatro de Comédia do Paraná, inclusive na peça inaugural Um Elefante no Caos, de 1963. Entre as montagens do TCP, atuou em Colônia Cecília (1984) e Noite na Taverna (1989), sob direção de Ademar Guerra e em Os Incendiários (2000), com direção de Felipe Hirsch, e dirigiu Flô em Palácio de Urubus (1993).

Foi considerada a primeira dama do teatro no Paraná e já foi considerada uma das cinco melhores atrizes do Brasil.

Foi premiada com o Troféu Gralha Azul na categoria Melhor Atriz em 1984-1985 (Colônia Cecília) e em 1992-1993 (O Vampiro e a Polaquinha).

Em 1994, João Luiz Fiani inaugura seu teatro com o nome de Fundação Teatro Lala Schneider, em homenagem à atriz.

Em 2004, Lala Schneider recebeu do Centro Cultural Teatro Guaíra, a Medalha Comemorativa dos cinquenta anos do Guairinha (Auditório Salvador de Ferrante), homenagem concedida às personalidades que fizeram parte da história do teatro paranaense.

É com tristeza que prestamos a última homenagem.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 148

Sr. Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FANORPI.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos formandos do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da FANORPI - Faculdade do Norte Pioneiro, pela conclusão desta importante etapa de suas vidas.

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Comissões Permanentes são:

- I - Comissão Executiva;
- II - Comissão de Constituição e Justiça;
- III - Comissão de Finanças;
- IV - Comissão de Orçamento;
- V - Comissão de Tomada de Contas;
- VI - Comissão de Agricultura;
- VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- VIII - Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia;
- IX - Comissão de Segurança Pública;
- X - Comissão de Saúde Pública;
- XI - Comissão de Redação;
- XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;
- XIV - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;
- XV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente;
- XVI - Comissão de Indústria, Comércio e Turismo;
- XVII - Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais;
- XVIII - Comissão de Defesa do Consumidor.”

Art. 2º O artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º À Comissão Executiva compete:

- I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;
- II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III - prover os cargos dos serviços administrativos;
- IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;
- V - julgar concorrência e demais licitações;
- VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;
- VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;
- IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;
- X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

- XI - autorizar a realização de concurso público;
- XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;
- XIII - formalizar, através de Ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI e outros pertinentes à administração interna da Assembléia Legislativa.

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

- I - criação de Municípios;
- II - incorporação, fusão e desmembramento de Município;
- III - perda de mandato de Deputado;
- IV - transferência temporária da sede do Governo;
- V - organização dos Poderes do Estado;
- VI - Ministério Público;
- VII - intervenção nos Municípios;
- VIII - alterações de códigos;
- IX - organização e divisão judiciária;
- X - declaração de Utilidade Pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

§ 3º À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, sobre as atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8.358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base

o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º À Comissão de Agricultura compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

§ 7º À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre as questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10. À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11. À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12. À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13. À Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal de Contas que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8.358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório.

§ 14. À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

§ 15. À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente compete manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

§ 16. À Comissão de Indústria, Comércio e Turismo compete manifestar-se sobre as proposições sobre matérias relativas à indústria e comércio, ao

turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

§ 17. À Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais compete manifestar-se sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul-MERCOSUL e relações internacionais em geral.

§ 18. À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

§ 19. Ficam estabelecidas a todas as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, além dos preceitos contidos no Regimento Interno, as seguintes competências comuns:

I - dar pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos;

II - promover estudos relativos à sua área temática, detectando problemas e apontando soluções, promovendo conferências, palestras e seminários;

III - solicitar à Secretaria Estadual ligada diretamente à sua área temática, relatórios semestrais sobre suas atividades, dando ciência ao Plenário da Assembléia;

IV - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

V - receber petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, contra atos ou omissões de autoridade, sejam de instituições públicas ou privadas;

VI - promover audiências públicas com entidades civis em qualquer lugar do território paranaense;

VII - solicitar a Mesa Executiva o encaminhamento de convocação de Secretário de Estado para prestar pessoalmente informações sobre assuntos de responsabilidade de sua pasta;

VIII - propor ao Plenário da Assembléia, através de requerimento fundamentado, pedido de informações a Secretário de Estado;

IX - detectar dentro de sua área temática de atuação, atos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar, ou dos limites impostos por delegação legislativa, para, se necessário, proceder a sustação do ato, nos termos do inciso XVI do artigo 54, da Constituição Estadual;

X - solicitar diligências sejam através de audiências ou pedido de colaboração de órgãos ou entidades públicas e privadas, a fim de melhor executar suas atividades, diligências estas que não implicarão em dilação de prazos regimentais para pronunciamentos relativos a proposições em trâmite nas Comissões.”

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Um dos compromissos desta nova Mesa Executiva que administrará a Assembléia Legislativa no biênio 2007/2008, é promover o fortalecimento das ações das Comissões Permanentes da Casa. Neste sentido, apresentamos ao colegiado de Parlamentares do Legislativo, a presente proposta de projeto de resolução que objetiva dar início a discussão sobre competências comuns a todas as Comissões Permanentes, com vistas a regulamentar as atividades ordinárias e extraordinárias além dos serviços especiais que todas as Comissões deverão cumprir.

Com grande aumento das atribuições propostas às Comissões Permanentes se faz necessário o desdobramento de algumas comissões, entendendo da impossibilidade do cumprimento, pelas mesmas, das suas novas competências.

Sendo assim, conclamamos todos os nobres Pares Parlamentares a promoverem o apoio à proposta que ora apresentamos ao processo legislativo e a devida participação através de emendas que aprimorem os preceitos contidos neste projeto de resolução, para o bem dos serviços das Comissões, atendida a evolução e modernidade tão apregoada nas últimas legislaturas.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 055/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Corbélia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Três Barras do Paraná e Tupãssi.

Art. 2º A Região Metropolitana de Cascavel terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice apresentada pelo Prefeito de Cascavel e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região

Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - prover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(aa) EDGAR BUENO, NEREU MOURA, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, ELTON WELTER, DOBRANDINO DA SILVA, CHICO NOROESTE e RENI PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 faculta aos Estados instituírem *regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.*

Esta previsão também consta na Constituição Estadual, que preceitua ainda a necessidade de assegurar a *participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.* Denota-se aí a

importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

A despeito de crises e dificuldades diversas, a região Oeste do Paraná vem se desenvolvendo e seus Municípios reclamam meios que lhes assegurem crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrentam, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito às suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba que foi constituída ainda em 1973, entre as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, sob a designação de Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Os avanços obtidos com a integração dos Municípios e a unidade que se alcança na coordenação de objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera o necessário apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 056/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A taxa de serviço cobrada por hotéis, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, bares e outros estabelecimentos comerciais similares, terá de ser, obrigatoriamente, distribuída entre garçons e demais funcionários das respectivas empresas.

Art. 2º O não cumprimento da determinação descrita no artigo 1º desta lei, gerará multa de trinta salários mínimos para o infrator.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Paraná fiscalizar e agir para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.07

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Considerando que esta Casa de Leis já aprovou a implantação de salário mínimo diferenciado no Paraná, em relação ao mesmo salário implantado pelo Governo Federal para a classe trabalhadora brasileira, cabe fixar, em lei, a obrigatoriedade dos empregadores repartirem para seus garçons e funcionários a taxa de 10% paga pelos seus clientes. Faz-se necessária a aprovação desta lei, pois há reclamações, principalmente de garçons, segundo as quais, alguns patrões cobram a taxa de 10% sobre serviços e não repartem com seus empregados. A aprovação deste projeto é fundamental para acabar com esse abuso.

PROJETO DE LEI Nº 057/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa Família Solidária para abrigo de crianças e adolescentes em situação de dificuldade.

Parágrafo Único. Entende-se por crianças e adolescentes em situação de dificuldade, para o cumprimento desta lei, aqueles com até 14 (quatorze) anos de idade e que estejam sem condições mínimas de bem-estar e dignidade (alimentação, moradia, saúde e educação).

Art. 2º A família solidária receberá em casa a criança ou o adolescente e lhe fornecerá abrigo, alimentação, cuidados com a saúde e a educação, direcionando-o para um convívio saudável com a sociedade e o respeito à vida humana.

Art. 3º A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, cadastrará as famílias interessadas em participar do Programa.

Parágrafo Único. Para o cumprimento deste artigo, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança realizará triagem com as famílias interessadas, a fim de selecionar as mais identificadas com os objetivos do Programa.

Art. 4º A família solidária poderá receber em sua casa de uma a 5 (cinco) crianças ou adolescentes.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Educação garantirá vagas em suas escolas, tanto de ensino fundamental, como de ensino médio, para todas as crianças e adolescentes cadastrados no Programa Família Solidária.

Art. 6º A Secretaria de Estado da Saúde garantirá atendimento médico (consultas, internações, exames), atendimento odontológico e recebimento gratuito de remédios para todas as crianças e adolescentes cadastradas no Programa Família Solidária.

Parágrafo Único. Para o cumprimento deste artigo, a Secretaria de Estado da Saúde emitirá, por meio de órgão próprio, um documento que identifique a criança ou o adolescente participante do Programa, habilitando-o ao atendimento gratuito.

Art. 7º O Estado concederá à família solidária o valor equivalente a um salário mínimo mensal para cada criança ou adolescente a ser amparado.

Art. 8º O Estado, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, fará o acompanhamento, realizando visitas e entrevistas com as famílias e com as crianças ou adolescentes, a fim de comprovar o bom e fiel andamento do Programa.

§ 1º Nas visitas e entrevistas referidas neste artigo, deverá ser comprovado o bom tratamento dado pelas famílias às crianças ou adolescentes, verificando-se a alimentação, o vestuário a higiene, a saúde e a educação.

§ 2º Deverá, também, ser comprovada durante as visitas e entrevistas, a matrícula da criança ou do adolescente na escola e a realização pela família do devido acompanhamento escolar, verificando-se, para isso, a frequência e o rendimento escolar.

Art. 9º Serão imediatamente cancelados os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente se forem apurados pela Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social quaisquer desvios no cumprimento dos objetivos do Programa.

Art. 10. Os benefícios concedidos à família solidária e à criança ou ao adolescente serão suspensos quando a criança ou o adolescente concluir o ensino médio, ou quando atingir 18 (dezoito) anos de idade, valendo o que primeiro acontecer.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos ao seu fiel cumprimento.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Diz o Estatuto da Criança e do Adolescente que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Por outro lado, crianças e adolescentes abandonados pela família vivem ou vegetam nas ruas das cidades, aliando seu sofrimento ao pânico que provocam nas pessoas, ao se envolverem com drogas, brigas, assaltos e arrastões.

A proposta em questão almeja ser uma alternativa para que a criança ou o adolescente, ao se separar da família, possa encontrar outro lar, onde encontre meios de continuar sua criação e formação. Ao apresentar tal projeto, gostaríamos de lembrar aos nobres Pares que a iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de uma sociedade começa na família, e essa também é a principal responsável pela saúde, alimentação, educação e proteção da criança. Pensamos que, se a família é o lugar inicial para o exercício da cidadania, nada mais

justo e ideal que criar para a criança ou o adolescente desamparado esse espaço.

Ao estipular o valor correspondente a um salário mínimo mensal a ser pago à família solidária para cada criança amparada, queremos dar a ela condições de cuidar dignamente dessa criança, zelando por sua proteção, alimentação, vestuário, higiene e lazer, bem como provê-la de recursos para quaisquer outras despesas que venham a ser indispensáveis ao fiel e bom cumprimento do Programa. Ao nosso ver, o ônus financeiro imposto ao Estado com a implementação e manutenção do Programa, considerando a despesa com cada criança amparada, será substancialmente menor que o gasto com regime de internação institucional. Lembramos, também, que uma criança desamparada e abandonada é candidata a fazer parte da população carcerária mantida pelo Estado, o que geraria custos ainda muito maiores.

À vista do exposto e pelo caráter humanitário e oportuno da proposição, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 058/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social

Seção I

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, com o objetivo de:

I - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenham funções no campo da habitação de interesse social;

II - viabilizar e promover o acesso à habitação urbana e rural para a população de menor renda, implementando políticas e programas de investimentos e subsídios.

Art. 2º Na estruturação, organização e atuação do SEHIS deverão ser observadas as seguintes diretrizes e princípios, sem prejuízo daqueles estabelecidos na Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005:

I - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento, infra-estrutura e equipamentos urbanos relacionados à habitação, assegurando a eliminação de barreiras arquitetônicas que impeçam a livre movimentação dos portadores de deficiência;

II - utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para implantação de projetos habitacionais de interesse social;

III - implantação de políticas de acesso a terra urbana e rural necessárias aos programas habitacionais de

acordo com o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade;

IV - incentivo ao aproveitamento das áreas não utilizadas ou subutilizadas, existentes nas cidades, conforme disposição dos Planos Diretores municipais;

V - compatibilização das políticas federais, estaduais e municipais no setor habitacional, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

VI - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia;

VII - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico na área habitacional;

VIII - democratização e publicidade dos procedimentos e processos decisórios e de contratação, como forma de permitir o acompanhamento pela sociedade;

IX - desconcentração de poderes, descentralização de operações e estímulo a iniciativas não governamentais;

X - economia de meios, racionalização de recursos e equilíbrio econômico-financeiro;

XI - adoção de regras estáveis, simples e concisas;

XII - adoção de mecanismos adequados de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas habitacionais;

XIII - cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, produção de habitação e de regularização fundiária, em atendimento ao interesse social;

XIV - incentivo às ações de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de menor renda;

XV - desenvolvimento de programa habitacional acompanhado de políticas de inclusão social;

XVI - adoção de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres.

Seção II

Da Composição

Art. 3º Integrarão o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS:

I - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, como órgão central;

II - a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, como órgão coordenador;

III - Órgãos da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, conselhos municipais de habitação, bem como entidades regionais ou metropolitanas que desempenhem funções na área de habitação de interesse social, complementares ou afins;

IV - cooperativas, consórcios, sindicatos, empreendedores privados, associações comunitárias, fundações e quaisquer outras entidades privadas, com ou sem finalidade lucrativa, que desempenhem atividades na área de habitação de interesse social, complementares e afins;

V - instituições financeiras que operem no campo da habitação de interesse social.

Capítulo II

Do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS

Art. 4º Fica criado o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social como órgão central do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, competindo-lhe, nos termos desta lei:

I - aprovar a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, a ser proposta pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, e fixar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento;

II - aprovar os programas de alocação de recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS e baixar normas relativas a sua operacionalização;

III - fixar as condições gerais quanto a limites, contrapartida, prazos, atualização monetária, juros, seguros obrigatórios e os requisitos necessários à obtenção de empréstimo e financiamento com recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS;

IV - estabelecer a política de subsídios do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

V - definir mecanismos de acompanhamento e controle dos órgãos e entidades referidos no artigo 3º, em relação às operações do Sistema Estadual da Habitação de Interesse Social;

VI - determinar as garantias a serem exigidas dos tomadores de empréstimos, de forma a assegurar a liquidez dos pagamentos, bem como estabelecer o detentor do risco de crédito e suas responsabilidades perante o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;

VII - estabelecer normas para registro e controle das operações com recursos do FEHRIS;

VIII - estimular o desenvolvimento de programas de pesquisa e assistência, voltados à melhoria da qualidade e a redução de custos das unidades habitacionais;

IX - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao SEHIS, nas matérias de sua competência;

X - criar câmaras técnicas setoriais;

XI - propor uma política de incentivo a associações e cooperativas habitacionais, sem fins lucrativos;

XII - apoiar as iniciativas de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de menor renda.

XIII - elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto nos incisos II e V deste artigo, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral deverá comunicar ao Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, no final de cada exercício, o orçamento do Fundo Estadual

de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social para o exercício seguinte.

Art. 5º O Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social terá a seguinte composição:

I - O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, na qualidade de Presidente do Conselho;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

IV - 1 (um) representante da Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

V - 1 (um) representante da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;

VI - 1 (um) representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

VII - 2 (dois) representantes da sociedade civil;

VIII - 3 (três) representantes dos movimentos populares.

§ 1º Os membros do Conselho Estadual da Habitação de Interesse Social, e respectivos suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º Será convidado a participar do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, com direito a voz e sem direito a voto, um representante da Caixa Econômica Federal - CEF.

§ 3º A Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Habitação - CEH, será exercida pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento.

§ 4º Os representantes da sociedade civil e dos movimentos populares serão indicados pelas entidades representativas nos termos do Regulamento, garantido o princípio democrático de escolha.

Art. 6º As decisões do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, com a presença de no mínimo 4 (quatro) de seus membros, contado o Presidente.

Parágrafo Único. O voto do Presidente será exigido apenas em caso de empate.

Art. 7º A função de Conselheiro do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, não será remunerada, mas considerada serviço público relevante prestado à sociedade.

Capítulo III

Da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

Art. 8º O Estado do Paraná, por intermédio da Companhia de Habitação do Paraná, orientará a ação dos

órgãos públicos e da iniciativa privada com atuação na área habitacional, priorizando o atendimento à população de menor renda.

Art. 9º À Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, como órgão coordenador do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, caberá:

I - formular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social;

II - articular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social com as demais políticas setoriais dos Governos Federal, Estadual e Municipais;

III - proporcionar ao Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social a estrutura e o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento, competindo-lhe:

a) elaborar ou analisar os projetos habitacionais municipais;

b) fiscalizar a perfeita execução das obras, segundo o projeto e seu cronograma;

c) realizar o credenciamento e a habilitação das entidades aptas para operar no Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

d) analisar a prestação de contas dos recursos aplicados por terceiros;

e) viabilizar estrutura técnica para assessorar os programas e projetos habitacionais e de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por cooperativas, consórcios, sindicatos, empreendedores privados, associações comunitárias, fundações e quaisquer outras entidades privadas, com ou sem finalidade lucrativa;

IV - firmar contratos, convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica com os Municípios e as demais organizações integrantes do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

V - desenvolver projetos de regularização fundiária e urbanística de áreas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação por população de menor renda.

Capítulo V

Do Regularizador Social

Art. 10. Para estimular e assegurar o fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de habitação e regularização fundiária de interesse social, fica criado o “Certificado de Regularizador Social” a ser conferido pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, às pessoas jurídicas que comprovem atuação na área.

§ 1º As pessoas jurídicas interessadas em obter a certificação deverão formular requerimento escrito à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - atos constitutivos devidamente registrados no órgão competente e que contemplem atuação na área

habitacional e de regularização fundiária e urbanística de interesse pessoal;

II - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

§ 2º - As entidades contempladas com o “Certificado de Regularizador Social” atuarão na identificação de áreas privadas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação por população de menor renda, visando apresentar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, projetos para sua legalização e urbanização, de modo a garantir as condições para uma moradia digna e sustentável, em atendimento ao interesse social.

§ 3º Os projetos apresentados pelo Regularizador Social deverão ser protocolados sob a categoria “Regularização Fundiária de Interesse Social” e, desde que obedecidos os requisitos previstos no Regulamento, farão jus a:

I - prioridade no atendimento e recebimento de investimentos de natureza pública;

II - benefícios previstos na legislação em vigor referente à utilidade pública;

III - benefícios fiscais na forma da lei;

IV - isenção de taxas junto aos órgãos governamentais estaduais.

Capítulo V

Do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

Seção I

Objetivos, Fontes e Administração

Art. 11. Fica criado o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar os recursos para os programas e ações estruturados no âmbito da Lei Federal nº 11.124/05, destinados a implementar políticas habitacionais e de regularização fundiária direcionadas à população de menor renda.

Art. 12. O FEHRIS é constituído por:

I - dotação orçamentária específica;

II - recurso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005;

III - contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado;

IV - provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

VI - financeiros, materiais ou imóveis provenientes da participação de prefeituras municipais;

VII - bens imóveis transferidos por pessoas jurídicas, destinados à implantação de projetos de desenvolvimento habitacional urbano e rural;

VIII - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com seus saldos financeiros disponíveis; e,

IX - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Art. 13. Os recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social serão aplicados preferencialmente em até 50% (cinquenta por cento) dos investimentos habitacionais e de regularização fundiária, ficando o restante por conta dos Municípios conveniados.

§ 1º A contrapartida do Município conveniado poderá ocorrer através da doação de terreno, construção civil, infra-estrutura e/ou obras complementares.

§ 2º Os Municípios que não prestarem contas ao Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social, dos recursos recebidos, nos prazos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Habitação, não poderão se habilitar a novos investimentos.

§ 3º Os Municípios que não concluírem as obras nos prazos previstos no respectivo convênio, ou após a conclusão das obras não providenciarem a regularização da situação fundiária dos beneficiários, não poderão adjudicar-se a novos investimentos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social.

§ 4º Os Municípios poderão ressarcir-se dos investimentos, por eles realizados, através de sistema próprio, cobrando do beneficiário final até o montante de 20% (vinte por cento) de sua renda e reaplicando tais recursos em novos programas habitacionais.

Art. 14. A administração do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social será realizada pelo Conselho Estadual de Habitação, com o apoio técnico da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a qual fica vinculado.

Art. 15. Os recursos do FEHRIS serão depositados em instituição financeira oficial, em conta denominada "Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS"

Parágrafo Único. O FEHRIS tem como agente financeiro o banco oficial depositário dos seus recursos.

Sessão II

Das Aplicações do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 16. As aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social serão destinadas a programas que contemplem:

I - construção, conclusão, melhoria, reforma, aquisição, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

III - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

IV - implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - pesquisas visando o desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de tecnologias para a melhoria de qualidade e a redução de custos das unidades habitacionais;

VIII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social.

§ 1º Será admitida a aquisição de áreas de terras vinculada à implantação de projetos habitacionais.

§ 2º O Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social poderá financiar equipamentos de lazer indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, desde que vinculados aos programas relacionados neste artigo.

§ 3º A aplicação dos recursos do FEHRIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor de que trata o Capítulo III da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ou, no caso de Municípios excluídos dessa obrigação legal, em legislação equivalente.

Art. 17. Os financiamentos concedidos com recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social atenderão preferencialmente a pretendentes com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários mínimos que não sejam proprietários, promitentes compradores ou cessionários de direitos de qualquer outro imóvel residencial, no atual local de domicílio, nem onde pretendam fixá-lo, bem como não detenham em qualquer parte do País outro financiamento nas condições do Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18. Os Municípios, para participarem dos órgãos mencionados nos artigos 1º e 3º desta lei, necessariamente, deverão constituir, em seu âmbito, sem prejuízo das exigências da Lei Federal nº 11.124, de junho de 2005:

I - Secretaria de Habitação ou órgão equivalente;

II - Conselho de Habitação, cuja composição deverá contemplar a participação de entidades públicas e privadas, diretamente ligadas à área de habitação e de

segmentos da sociedade, em especial os movimentos por moradia popular;

III - fundos especiais direcionados à implementação de programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social, para alocação de recursos financeiros captados em nível municipal, para complementação aos destinados pelo Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS.

Art. 19. O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência desta lei, para instalar o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo Único. O Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social deverá aprovar seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.02.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A tarefa e o dever de assegurar o cumprimento do direito à moradia estão totalmente associados à competência comum das três esferas federativas para promover programas habitacionais (Constituição Federal, artigo 23, inciso IX). Esta competência confere às entidades federativas a missão de promover políticas e ações de forma integrada, sem que o exercício por parte de uma dessas entidades venha a excluir a responsabilidade de outra.

Fruto da mobilização nacional dos movimentos populares de moradia de diversas entidades, a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, após tramitar por mais de treze anos no Congresso Nacional, estabelece o “Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS” e inclui entre os seus componentes todos os *órgãos e as instituições integrantes da administração pública, direta ou indireta, das esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, e instituições regionais ou metropolitanas que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação*; (artigo 5º, inciso VI).

Nos termos do artigo 2º da lei, o SNHIS tem como objetivo precípuo implementar políticas e programas habitacionais à população de menor renda, de modo a proporcionar-lhes o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável.

Como principal instrumento do Sistema, a nova lei cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS (artigo 7º), visando *centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda*.

Atento ao espírito constitucional de interação de políticas e ações, o artigo 12 da lei determina que os recursos do FNHIS devem ser aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As transferências dos recursos para os Estados, Distrito Federal e Municípios ocorrem a partir da adesão destes, por meio de Fundos Estaduais e Municipais constituídos para tal fim, ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS (artigo 12 da Lei Federal nº 11.124/05).

Para que o Estado do Paraná possa ter acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - e assim atender a um número maior de famílias, sobretudo aquelas de menor renda - é imprescindível a constituição do respectivo Fundo Estadual.

Nesse sentido, é que se submete à análise dessa Casa Legislativa o projeto de lei em anexo, no qual está se propondo a criação do Sistema e Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social, a fim de que o Estado do Paraná possa aderir ao Sistema Nacional e assim tornar-se apto a receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Deve-se ressaltar, ainda, que a contrapartida dos Estados, segundo o parágrafo 2º do artigo 12 da Lei Federal, pode dar-se não apenas através de recursos financeiros e bens imóveis, como também através de serviços vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do SNHIS.

No mesmo projeto, ainda, propõe-se a criação do Certificado de Regularizador Social, instrumento inédito no País, destinado a dar maior agilidade aos sempre complexos programas de regularização fundiária.

Pequeno Expediente:

A Presidência dá boas-vindas aos professores das universidades estaduais aqui presentes. É um privilégio tê-los nesta Casa.

Passa-se ao Horário do Pequeno Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sra. Deputada Luciana Rafagin, Deputado Alexandre Curi, colegas, nossa saudação também aos professores e professoras das Universidades e Faculdades do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, para que fique consignado nessa Casa de Leis, fazer a leitura de um material. Quero crer todos os Parlamentares receberam dos eminentes professores e professoras das Universidades.

(Lê):

“Srs. Deputados, no ano de 2006, professores das Universidades e Faculdades aprovaram Projeto de Lei nº 542/06 que equipara os salários dos professores ao salário dos técnicos administrativos das próprias universidades e faculdades. O projeto tramitou por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa e em Plenário pelos Deputados. A seguir, foi encaminhado para avaliação do Governador, onde foi

vetado. E agora, retorna para esta Casa para nova reavaliação. A proposta altera o regime de quarenta horas semanais. Com essa alteração o piso salarial dos professores das Universidades e Faculdades passa de R\$ 960,00 para R\$ 1.856,18. Nessa fase, sabemos que os Deputados podem derrubar o veto do Governador e registra também o Jornal do Sindiprol: *Deputados podem derrubar o veto à isonomia salarial entre professores e funcionários. Professores das Universidades Estaduais iniciam hoje um acompanhamento diário na Assembleia Legislativa em defesa do Projeto de Lei nº 546/06, que eleva o piso salarial dos professores de R\$ 960,00 para R\$ 1.856,18.*

A proposta foi vetada pelo Governo, mas, o veto pode ser derrubado pelos Deputados Estaduais nesta semana. O Sindiprol já preparou um placar dos Parlamentares que serão contra ou a favor da reposição salarial.

Sr. Presidente, quando ocupei o cargo de Prefeito de Londrina, em alguns momentos apoiamos movimento grevista dos professores. Lembro-me que em certa ocasião o Governador chegou a cortar o salário dos professores em greve e a Prefeitura de Londrina mantinha uma Cooperativa que fornecia alimento a seus funcionários. E como Prefeito fui a uma Assembleia dos professores anunciar que em razão de o Governador ter cortado o salário dos professores em greve, a Prefeitura forneceria alimento e que eles pagariam quando pudessem, quando recebessem seu salário. Assim procedemos também quando funcionários do IAPAR fizeram um movimento grevista por melhoria salarial, quando como Prefeito fornecemos cestas básicas para os grevistas.

Sr. Presidente Nelson Justus, quero apelar a V. Exa., que é um líder e que tem ampla força nesta Casa, quando estamos vendo aqui professor reivindicar de um salário de R\$ 960,00 para R\$ 1.856,18, temos que lembrar que este é o salário bruto. Depois, vem o desconto da Previdência. Depois vem o “leão” do Imposto de Renda, com uma fome danada, para levar mais uma parte deste salário. Ninguém, em nenhuma universidade do Paraná vai ficar rico com um salário bruto - se nós derrubarmos o veto - de R\$ 1.856,090, porque líquido, quero crer, se derrubado o veto, não vá passar de uns R\$ 1.400,00.

Temos que valorizar nossas universidades, que são dotadas de profissionais da mais alta competência, de gente que ama educar. Mas que lamentavelmente, tenho encontrado professores que acabam entrando em depressão, já sei de caso até que ocorreu, inclusive na minha cidade de Londrina, funcionário da UEL que endividado, ganhando um salário baixo, acabou fazendo dívida em financeira, acabou entrando até em agiota. Já tivemos caso - lamentável - de funcionário da universidade que chegou ao extremo de praticar o suicídio, desesperado pela situação de extrema miséria.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos aqui formando esta Casa, que é a Casa do Povo, e como Casa do Povo, acredito que todos nós, todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados, reconhecem a

importância de podermos ver um professor que não trabalha só enquanto está na sala de aula, não. O professor tem que preparar a aula, leva para casa a tarefa do aluno, professor que às vezes se esgota de tanto trabalhar, temos que dar a tranquilidade mínima para um professor, porque um professor de “cabeça quente”, nervoso, cheio de dívidas, cheio de cobradores à sua porta, é evidente que seu rendimento dentro da própria sala de aula, não é o mesmo.

Por isso, Sr. Presidente Nelson Justus, V. Exa. que é um grande líder do nosso Paraná, faço um apelo para que V. Exa, com esta liderança, ajude a todos nós a ajudarmos às professoras e aos professores nesta luta, que é uma luta justa, humanitária. E que nós assumimos, aqui, um compromisso de ficarmos solidários aos professores, votando pela derrubada do veto, para que este salário que eles pleiteiam, possam, conquistá-lo merecidamente.

Muito obrigado!”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Cheida (PMDB)

O SR. CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras, e Srs. professores das universidades e das faculdades estaduais. Quero informar à Mesa e aos Deputados que estou encaminhando um requerimento solicitando a convocação de uma audiência pública na Casa para que possamos debater um assunto que eu acho de extrema relevância, que é a questão dos medicamentos especiais no Paraná.

A Gazeta do Povo trazia, ontem, uma matéria deixando claro que houve um aumento de duzentos mil reais para doze milhões e meio de reais por ano, em remédio chamados remédios essenciais ou remédios especiais. Isto é louvável porque todas as pessoas têm que ter o inalienável direito à medicação.

Entretanto, Sr. Presidente e companheiros Deputados, a questão não é apenas numérica. O que tem acontecido é que juízes têm atendido a solicitação de ações públicas movidas por advogados e exigido do Estado do Paraná, da Secretaria da Saúde que provenham de medicamentos para alguns pacientes.

Isso seria louvável se não fosse o fato de alguns medicamentos não poderem ser receitados indiscriminadamente e estão sendo.

Eu numeraria aqui a hepatite, por exemplo. Existem várias hepatites, e essas hepatites - por uma ação cível pública - o Estado está mandando a dispor um medicamento chamado Interferon. Além de ser caríssimo, só pode ser usado em alguns tipos de hepatite, não em todas. Porque causa a redução dos glóbulos brancos, a redução das plaquetas, problemas de tireóide, depressão, inclusive suicídios se usado de forma errada em alguns tipos de hepatite.

O que hoje parece uma conquista do cidadão, está se transformando em um pesadelo para alguns pacientes que estão recebendo o medicamento, estão sofrendo danos colaterais muito sérios.

Por isso, encaminho à Mesa essa solicitação de uma audiência pública. E gostaria que tivesse, além dos Deputados presentes, o Ministério Público, os magistrados do Paraná, o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Farmácia e Bioquímica, a Associação Médica do Paraná, a Secretaria da Saúde, para que pudéssemos discutir a oportunidade de termos no Paraná um conselho técnico consultivo, para que as decisões dos médicos pudessem passar pelo crivo desse conselho e, aí sim, serem apreciadas pelos magistrados.

O Ministério da Saúde já tem um conselho semelhante. O Paraná deve avançar e tê-lo também. É uma antecipação de uma proposta que pode vir a se transformar em lei, de autoria de todos os Deputados desta Casa. Como diz o ditado: *de médico e louco todos têm um pouco*. Mas seria uma sandice de nossa parte admitirmos um médico fazendo sentença judicial. Da mesma forma que o magistrado não pode fazer uma receita médica. E isto está acontecendo. Cada macaco no seu galho. Devemos dar atenção a isso. Não é só um problema de custos, o governo está bancando, e nesse particular tem méritos questionáveis. Mas precisamos tomar uma posição. Há inocentes neste momento que podem estar pagando por algo bastante sério, por uma decisão aparentemente que o privilegia no sentido de determinar que o seu direito seja um direito conquistado.

Espero que rapidamente a Comissão Permanente de Saúde desta Casa e todos os Deputados possam discutir essa questão que é de grande relevância a todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou falar todo dia para a imprensa ver que eu venho em todas as Sessões. Então, todo dia vou falar um pouquinho aqui. Cinco minutos não faz mal a ninguém, não é?

Queria concordar com o Deputado Cheida. Deputado Cheida, V. Exa. está correto com esse procedimento. Temos muitas pessoas passando dificuldades por falta de remédios e os Promotores têm obrigado as pessoas a entrarem na Justiça para solicitarem esse remédio. Então, acho correto esse debate que V. Exa. quer fazer para definir critérios, porque tem muitas pessoas pobres que não estão conseguindo o remédio. A pessoa tem dificuldade de acesso a esse remédio.

A idéia de fazer um debate amplo, discutindo com o Ministério Público e com o Secretário da Saúde é muito boa. É hora de discutir esse problema que é do Paraná inteiro. Em toda cidade tem alguém sofrendo por falta de medicamento. Em Ponta Grossa tem muitas pessoas pelas quais nos obrigamos a brigar aqui, às vezes, para conseguir o remédio, e esse não é nosso papel, mas nos obrigamos a fazer isso pela dificuldade que as pessoas estão passando. Quero cumprimentar V. Exa. pela sugestão que é muito boa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu vejo, aqui, os professores das universidades, hoje, e, mais uma vez, nós começamos o ano letivo com problema na homologação do decreto. Deputado Romaneli, V. Exa. que é o Líder do Governo, o Líder, além de pedir o voto todo dia, encher a nossa paciência, tem que levar também as reivindicações que a base tem. Esse negócio de não homologar e não publicar o decreto para contratação dos professores nesse concurso das universidades é, no mínimo, falta de organização do Governo.

Começaram as aulas segunda-feira e a Universidade de Ponta Grossa está com 130 professores que não estão trabalhando, porque o Governo não publicou, não homologou o concurso público. Tem alunos sem ter aula, professores juntando duas, três turmas, porque os professores contratados não foram colocados em sala de aula. Isso deve estar acontecendo em todas as universidades do Paraná, não é só em Ponta Grossa, deve estar acontecendo em Londrina, em Maringá, em Cascavel. Quer dizer, o Governo contratou, só falta homologar e publicar. Isso já aconteceu, ano passado, com aqueles professores que eram apenas contratados.

Eu tive uma briga pesada com o Requião. Certo dia, liguei para ele e disse: “Governador, estamos sem professores aqui e é só o senhor assinar o decreto e publicar!” O Requião brigou comigo, disse: “Você está errado, eu já assinei!” Eu falei: “O Senhor não assinou!” Aí, depois, ele ligou para mim e disse: “Você tem razão, eu não tinha assinado.” Então, a mesma coisa está acontecendo, aqui, agora.

Nós temos professores contratados, o Estado fez tudo certinho, fez o concurso, contratou os professores. Agora, só falta publicar e homologar o decreto. Os professores já fizeram exame médico, já fizeram tudo que tinham que fazer e aí está lá o desgaste: alguns professores com duas turmas, alunos no corredor, juntos, porque não dá, às vezes, para juntar duas turmas na mesma sala. Então, isso é só uma questão de organização. Isso já aconteceu ano passado.

A educação é uma coisa séria. Tem uma Secretaria que só cuida disso. Tem que pegar o decreto, não adianta fazer tramitar de órgão para órgão, tem que pegar o documento e levar na mão do Governador. Só assinar e publicar. Os professores estão lá esperando para começar as aulas e não podem entrar na sala porque falta o decreto, a homologação e a publicação. Isso é só falta de organização. Por isso, faço esse pedido para que o Governo colo-

que, imediatamente, publique isso amanhã, e depois de amanhã os professores estarão na sala de aula e nós vamos ter aulas tranqüilas nas universidades do Paraná.

É isso, Sr. Presidente, Srs. professores, Srs. Deputados e Deputadas.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarto orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na verdade requeri o Grande Expediente na tarde de hoje para que a professora Ana Inês Almeida falasse em nome das universidades estaduais do Paraná, em função das graves questões que atingem a universidade pública paranaense e em particular a questão da equalização de salário entre os professores e os funcionários das universidades.

Mas, antes de passar a palavra à professora Inês, quero me manifestar na condição de professor da Universidade de Ponta Grossa há quase trinta anos que sou e também na condição de Deputado que participa do atual Governo, que não só defendeu o Governador nas eleições, mas que pertence ao Partido que faz parte do Governo com três Secretarias importantes e no que diz respeito à questão do salário dos professores nós temos a Secretária Lígia, que é militante histórica e da mais alta competência e o Secretário Ênio, Secretário de Planejamento. Acho que nesse sentido, devemos aproveitar esse momento rico em debate sobre a questão da universidade paranaense, para fazer com que avance a nossa universidade e finalmente os professores sejam contemplados em seus mais legítimos interesses.

Vou dar apenas alguns exemplos, Srs. Deputados e Sr. Presidente. Um professor entra na universidade, faz concurso, por exemplo no caso do engenheiro, passa no concurso na universidade e recebe um salário de R\$960,00 por quarenta horas de trabalho. Se esse mesmo engenheiro, em vez de fazer concurso para professor, fizer concurso para a carreira técnica a nível superior, ele vai entrar ganhando R\$1.866,13. Ou seja, é praticamente o dobro do salário do professor, quando o sentido último da universidade é a produção do saber, a produção do conhecimento.

Então, é uma coisa que não pode continuar assim e entendemos que o Governador Requião tem a melhor das intenções com relação às universidades e historicamente ele vem demonstrando a preocupação com a educação, sendo que os professores tiveram avanços significativos da rede estadual de educação.

Ontem de manhã estive na “escolinha” e vi as universidades assinando uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação para que nossas instituições de ensino superior façam a qualificação permanente dos pro-

fessores da rede pública. O Governador aumentou a porcentagem de Orçamento da Educação de 25% para 30% e foi o próprio Governo Requião que fez com que os funcionários tivessem conquistas salariais importantes. Os professores querem é ficar nesse mesmo nível dos funcionários, com a equiparação.

Então, acho que o Governo tem a melhor das boas intenções e devemos, repito, aproveitar este momento muito rico para iniciar um processo de negociação entre as representações dos professores, funcionários das universidades, Secretários e o Governador Requião e me coloco, na medida em que estou sendo escolhido para Presidente da Comissão de Educação, graças ao beneplácito do Deputado Edgar Bueno, coloco também o meu mandato à serviço dessa grande causa, que é a causa da universidade pública paranaense. E sem mais delongas, passo a palavra então à professora Ana Inês Almeida, que vai aprofundar as questões relativas à problemática das instituições de ensino superior do Paraná.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Conforme requerimento do Deputado Péricles de Mello, esta Presidência sede o horário do Grande Expediente para a professora Ana Inês Almeida, que falará sobre os problemas dos docentes do ensino superior do Estado do Paraná. Seja bem-vinda professora! A senhora tem a palavra.

Professora Ana Inês Almeida

A SRA. ANA INÊS ALMEIDA

Muito obrigada Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, os professores, as professoras, os alunos, os profissionais de jornalismo aqui presentes e demais convidados.

Gostaria também de agradecer ao Deputado Péricles e a todos os Deputados que vêm, já há algum tempo nos auxiliando, já que nós, as universidades e faculdades do Estado do Paraná estamos procurando individualmente os vários Deputados e procurando auxílio para resolver esta questão. Esta é uma questão, como já foi falado, uma questão grave, compromete não só as universidades mas também o Estado do Paraná.

Nesta primeira lâmina nós temos o que significa o vestibular dentro do Estado do Paraná, nas suas universidades, para o desenvolvimento do Estado. Na verdade aqui é onde nascem os grandes profissionais e acredito que muitos dos Srs. Deputados já devem ter passado pelos bancos das universidades e de uma forma direta ou indireta têm uma relação muito grande com este bem público que foi construído. As universidades do Estado do Paraná têm um nome, um nome não só aqui em Curitiba, têm um nome no Estado todo, têm um nome nacional e também internacional. Nossos pesquisadores trabalham aqui no Estado, fora do Estado e são convida-

dos muitas vezes para representar este País em eventos internacionais. Estes mesmos profissionais hoje estão trabalhando, como também já foi falado, numa situação muito crítica.

Nós construímos todo um processo de trabalho, nós temos esse processo de trabalho já incutido na vida das Cidades. Por sua vez esse processo de trabalho vai das funções mais elementares às funções mais específicas, trabalhadas cientificamente porque nós estamos na vida de todos, desde o médico, o advogado, o engenheiro, o sociólogo, o professor de educação física, até mesmo dos políticos, nós estamos trabalhando com todos vocês. Durante todo esse tempo nós temos construído um nome com muita qualidade e com muito destaque, como já foi falado.

Estamos também na vida de todos os Municípios do Estado, nessa lâmpada aqui podemos verificar isso, onde está cada universidade com suas inserções. Temos as universidades e as faculdades, por isso num documento anterior nós das universidades e faculdades colocamos que todos os Municípios estão envolvidos, direta ou indiretamente, com as questões das universidades. Cada Município desses que tem uma universidade ou uma faculdade que presta serviço para essas regiões com seus projetos de pesquisa, com o ensino e principalmente com as pesquisas e as extensões que seriam os hospitais universitários, os escritórios de aplicação, os trabalhos que são desenvolvidos por cada categoria dos professores que lá trabalham.

Hoje temos seis universidades e sete faculdades, cerca de 185.000 alunos matriculados nestas universidades e faculdades. Temos programas de mestrado, de doutorado, cursos de especialização. Temos um percentual aproximado de 29% desses professores que são doutores, 38% são mestres, 25% são especialistas, 8% são graduados. Isso distribuído nas diversas universidades, aqui cada cor pertence a uma universidade e um dos focos importantes dos nossos trabalhos são os hospitais universitários, os escritórios de aplicação que fazem os trabalhos em relação às questões jurídicas. Temos também hospitais universitários, trabalhos de pesquisa e extensão que atendem a população em geral.

Mas hoje nós temos um grande problema que é a questão salarial. Esse banner aqui coloca a questão do respeito. Respeito por quê? Como já foi falado, hoje um professor universitário que fez o nível superior, ganha menos que seus alunos. Para exemplificar, uma aluna minha, eu sou professora de Enfermagem, uma aluna minha termina a faculdade, vai prestar um concurso para ser professora da Universidade Estadual de Londrina, ela ganha hoje R\$ 960,00. Isso para nós fala da questão do desrespeito. Desrespeito porque estão mexendo na questão essencial, que é a questão da nossa sobrevivência, que é a questão salarial. Queremo salário, porque sem o salário nós não conseguimos resolver os nossos problemas fundamentais, não conseguimos ter acesso à internet, ao jornal, acesso às revistas e a participar de eventos científi-

cos. Precisamos nos desenvolver cientificamente, porque só assim nós conseguimos mostrar o quanto de valor hoje os professores têm. Mas para isso não adianta, sem salário não resolvemos as nossas questões.

Sem dúvida, quando falamos R\$ 960,00, é o salário inicial, como qualquer categoria tem o piso inicial da sua categoria. Ela começa com um piso e esses R\$ 960,00 é um piso salarial que relaciona todos os outros salários que vêm na sequência. *Queremos reconhecimento*, é o que diz esse banner, porque as universidades sem dúvida vêm cumprindo o seu papel, têm cumprido a partir do momento em que somos destaques, a partir do momento em que nas avaliações do MEC, nas avaliações que são feitas no País, as Universidades Estaduais vêm sendo referência. E são referências como as universidades que têm qualidade, que tem os seus pesquisadores que desenvolvem o trabalho, a essência das universidades.

Aqui, temos a questão salarial, isso já foi matéria de jornal. Pegamos esse recorte da Folha de Londrina: os professores universitários com R\$ 960,00; os professores da rede fundamental do Estado com R\$ 515,00 - mas vale ressaltar que aqui são vinte horas - os professores têm quarenta horas; o médico com salário inicial de R\$ 1.487,00, mas ninguém consegue contratar um médico para trabalhar por esse valor, quem é do interior sabe muito bem disso; os agrônomos, engenheiros e arquitetos com R\$ 3.150,00 ou nove salários mínimos, enquanto os professores estão aqui em baixo nesta escala 2,74% de salário.

O que gostaríamos de colocar também é que hoje no Estado temos tabelas salariais e uma das tabelas que estamos utilizando é a tabela salarial do quadro próprio do Póde Executivo, que para esse profissional entrar com nível superior, ele vai ter um salário de R\$ 2.088,00. O próprio soldado da Polícia Militar com nível superior, o salário dele é R\$ 1.700,00. O salário de um técnico administrativo de nível superior, isso é, para esse profissional entrar na faculdade - são profissionais de nível superior - e aí que está o nosso grande projeto de lei, o profissional de nível superior das universidades tem um salário de R\$ 1.844,00 e os professores R\$ 960,00. Essa situação toda foi delineada principalmente nos anos de 2006 e 2005, onde as tabelas salariais dos profissionais - reconhecemos que estavam defasadas, ninguém é contra - acho que foram questões importantes que foram resolvidas. Só que com essas questões sendo resolvidas temos hoje a questão do salário dos profissionais, e nós nos denominamos como profissionais que são responsáveis pela formação de recursos humanos de nível superior para o Estado, hoje estamos na tabela invertida. Se somos os responsáveis por todos esses profissionais de nível superior, hoje estamos no último nível na tabela, estamos com R\$ 960,00 enquanto os nossos alunos saindo das universidades conseguem salários no próprio Estado, ou no mercado de trabalho da rede privada, um salário bem superior a esse piso. Onde estão esses profissionais?

Um dos nossos problemas é que nós temos um total de professores que são contratados e temos professores concursados (mostra tabela). Nós temos nas universidades e faculdades, 708 profissionais. O número oscila um pouco, motivado pela questão dos contatos. Temos os primeiros níveis da tabela salarial. Há a graduação, a especialização. Se se fizer a especialização, tem 15% no salário (mostra tabela). Professores hoje, com mestrado, se entra sem mestrado tem um salário de R\$ 1.900,00. No Estado, na universidade, um profissional com mestrado vai ter um salário de R\$ 3.800,00. Para chegar com esses salários, num piso inicial de R\$ 2.883,00, tem que fazer doutorado e tem 75% de aumento pelo doutorado. Para entrar como professor associado, tenho que fazer concurso interno. Para ser professor titular, que é o último nível em que chega um professor nas universidades, eu tenho que fazer um concurso externo (mostra tabela, referindo-se à coluna dos salários e a média dos profissionais que estão inseridos em cada nível salarial).

Outra questão é o TIDE - Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, onde o professor se compromete a só ficar na universidade e não ter nenhum outro emprego. Dentro da UEL nós temos 62% com TIDE e 37% sem TIDE. É uma grande universidade, onde temos muitos doutores e mestres que poderiam ter um salário melhor. Só para os senhores perceberem, mesmo numa universidade grande como é a UEL, o percentual de doutores ainda não é um percentual que atinge 50%. Temos 38% de mestres e 10% de especialistas, 4% de graduados. Esses graduados estão recebendo esse salário de R\$ 960,00. Há uma sequência nas categorias, 15, 45 e 75%.

Se o profissional não tem TIDE e se não é dedicção exclusiva, pode ser contrato por vinte horas semanais e o salário vai diminuir mais ainda. Temos professores contratados com R\$ 400,00, R\$ 500,00 para dar aula nas universidades estaduais.

Essa situação tem deixado as universidades numa situação caótica. Essa situação tem gerado vários problemas e toca na essência das universidades. Nós estendemos que as universidades têm um tripé: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino: são os cursos de graduação. As pesquisas: são os grandes projetos que os professores fazem e que trazem recursos financeiros para as universidades através do desenvolvimento das pesquisas e trazem o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A extensão: hospital universitário, colégio/aplicação, os projetos de extensão que são desenvolvidos com a população. Esses projetos todos ou esses trabalhos todos têm sofrido também na essência com a questão da evasão dos professores das Universidades.

Em Maringá houve uma denúncia que do curso de Computação havia quatorze professores com doutorado que pediram a demissão. Desses quatorze, a universidade abriu um concurso público e somente conseguiu contratar quatro mestres. O que significa que essa evasão ou o que significa quanto perco um doutor? Alguns estudos têm colocado que para que um professor chegue a um título

de doutor nós gastamos, o Estado do Paraná gasta R\$ 200.000,00 para formar esse professor. Porque se ele for afastado tem que contar o tempo que ele ficou fora, o tempo que alguém tem que substituir, o tempo que o departamento teve que se organizar, quanto se investiu na bolsa para que ele estudasse. É um montante considerável para a formação desses professores. Hoje nós estamos perdendo. Não é só Maringá - nós usamos esse exemplo - mas Londrina tem perdido muito, outras universidades têm perdido muito, as outras universidades, as faculdades também. Já que o salário é tão baixo assim, como é que consigo fazer a contratação de professores para ir para uma cidade do interior, onde a questão da sobrevivência desse professor é muito mais difícil? E aí tem uma questão muito grande, onde os professores estão deixando de ter tempo de dedicção exclusiva para serem professores, arrumaram outro emprego para dar conta da questão da sobrevivência nas universidades e faculdades.

Essa questão da evasão é uma questão muito longa e delicada que podemos estar colocando essa situação, porque hoje isso pode até inviabilizar alguns cursos de mestrado e doutorado e para iniciar um curso de mestrado e doutorado ele não inicia da noite para o dia, ele precisa de muito investimento, de tempo para ser aprovado nesses cursos e se eu não tiver professores com mestrado, com doutorado, esses cursos são reprovados e são inviabilizados conseqüentemente.

(Apresentação de painel sobre as Universidades Estaduais do Paraná e o Desenvolvimento Regional)

Tem que se alertar para isso. Será que as universidades e as faculdades são realmente um ônus para o Estado ou não são um ônus para o Estado?

Se formos avaliar todas as questões que as universidades desenvolvem nas regiões, todos os projetos de pesquisa, o financiamento dos seus projetos, os salários dos professores e os financiamentos de todos os materiais e equipamentos, esse investimento sempre dá lucro, nunca dá prejuízo. Isso vem nos colocar e aos Deputados também, para repensar a questão e a lógica que se fala que educação dá prejuízo, universidade dá prejuízo.

Mas, Srs. Deputados, o quanto é importante uma Universidade Estadual de Maringá para a sua região, quando Maringá cresceu nos seus arredores, o que a universidade trouxe, o seu desenvolvimento, os alunos que vêm do interior, os projetos de pesquisa, os orçamentos que são captados pelos professores, nacionalmente, para que esses projetos sejam desenvolvidos, e o quanto isso repercute na vida da cidade. O quanto a Cidade de Cascavel pode desenvolver, o Oeste do Paraná desenvolveu com suas universidades e faculdades, as perspectivas de desenvolvimento que esta população tem em suas regiões, em suas Cidades, quando nós temos inseridas as universidades e as faculdades nas regiões. O quanto, também, é importante a UEL para Londrina, quantas universidades particulares a UEL trouxe para Londrina, com seu desenvolvimento científico, quantos alunos trazemos, o quanto de recursos. Estas questões vão se ampliando.

É por isso que este estudo, para nós, é importante, e temos este estudo, vários trabalhos que foram desenvolvidos, porque realmente ele questiona esta lógica, de que as universidades dão prejuízo. Mas, será que dão prejuízo mesmo? Tirando as universidades e as faculdades do Estado, o que seria destas cidades e destes Municípios?

Voltamos, então, ao nosso grande problema, que é a questão salarial. E uma das questões que temos abordado, os Deputados, que é a questão salarial, que é o nosso projeto, como alguns já conhecem, que é o Projeto 542/06, que fala da equiparação salarial. No mínimo, é nosso desejo que nós professores das universidades e faculdades do Estado tenhamos pelo menos o nosso salário equiparado ao técnico administrativo de nível superior das universidades. Queremos ganhar, no mínimo, como nossos alunos ganham nas universidades e faculdades.

Por isso é que pedimos respeito pelos trabalhos que as universidades vêm desenvolvendo, pelo destaque que o Estado do Paraná vem tendo com suas universidades. Queremos, sem dúvida, salário, porque senão não conseguimos sobreviver. Precisamos também do nosso desenvolvimento científico e ele depende da questão salarial. Queremos reconhecimento, porque as universidades, não adianta só falar, mas acho que muitos Deputados têm visto isto na imprensa, o quanto as universidades, têm trabalhado e quanto a gente tem feito. E tem feito, Srs. Deputados, com muito trabalho e apesar de tudo sempre dizemos isto, apesar de tudo, porque não é hoje que estamos aqui, não é a primeira vez que estamos aqui recorrendo aos Deputados, a esta Casa, para que nos auxiliem a resolver estas questões que pelo menos já faz oito a dez anos que estamos correndo atrás das nossas perdas salariais.

E hoje esta questão do Projeto nº 542, ele vem repor, pelo menos as nossas perdas. Mas, vem repor também a dignidade dos professores das universidades, que são os formadores de recursos humanos para o Estado, que estão presentes nas universidades. E nós somos a comunidade científica do Estado. E por isso para nós esta questão salarial é fundamental e resgata o respeito, porque o que nós queremos, na verdade, é continuar nas salas de aula, fazer nosso trabalho, fazer nossos projetos e desenvolver nossas pesquisas.

Uma última palavra, também, é a questão de ter orgulho de ser professor. E nós queremos continuar com este orgulho. Mas, para nós, estes três itens são essenciais, porque cada vez que sai um professor daqui das universidades do Estado, vai para outras universidades particulares ou sai até mesmo do País, perdemos um bem público, porque este bem não se repõe. Você não constrói um profissional de um dia para o outro, coloca-o como mestre ou doutor dentro de uma universidade para substituir alguém, e este vai conseguir substituir, com toda sua essência, os trabalhos que o professor anteriormente executava.

Então, esta questão da evasão, para nós está rompendo a essência das universidades, que é ensino, pes-

quisa e extensão. E ela rompe toda a questão da qualidade. Portanto, se não tivermos qualidade, quem perde são os paranaenses.

Estamos aqui para pedir auxílio, que nos ajudem nesta questão em abrir negociação com o Governo e resolver essa questão que é fundamental e essencial.

Muito Obrigada!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PMDB (**Declina**).

No Horário da Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Luiz Nishimori.

Liderança do PSDB: Deputado Luiz Nishimori

O SR. LUIZ NISHIMORI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(**Lê**):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa para comunicar às Sras. e Srs. Deputados que estou assumindo a Liderança da Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa com muito orgulho e com um sentimento de responsabilidade muita grande.

Pois, nosso Partido já vem colaborando há mais de dezoito anos com compromissos assumidos com os programas sociais brasileiros, buscando colaborar com o desenvolvimento e a qualidade de vida dos brasileiros.

São compromissos assumidos com a sociedade e pela sociedade!

São compromissos de consciência com a consolidação da democracia brasileira!

O PSDB é grande, porque consegue reunir um grupo de pessoas unidas pela mesma opinião, pelo mesmo interesse e pela mesma ação política.

Por isso disse que assumo este cargo de Líder da Bancada de um Partido que arrebanhou para o seu seio, um grupo de Parlamentares conhecedores dos seus direitos, mas cômicos de seus deveres para com a sociedade paranaense - com muito orgulho e ciente da minha grande responsabilidade.

Nosso Partido tem neste Parlamento companheiros com invejáveis folha de serviços prestadas ao Paraná e ao Brasil, como por exemplo: O Deputado Valdir Rossoni, combativo e leal, hoje, Presidente do Diretório Estadual do Paraná, cargo que sempre honrou e dignificou pela sua conduta imparcial; o Deputado Ademar Traiano, que traz consigo a garra e o trabalho da região Sudoeste do Estado; o Deputado Nelson Garcia, hoje nosso Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; o Deputado Luiz Accorsi, compondo a Mesa Executiva desta Assembléia, como 3º Secretário; o Deputado Luiz Fernandes Litro, que traz para esta casa as reivindicações

e os anseios da Região Sudoeste do Paraná; o Deputado Francisco Bühner, legítimo representante da Região Metropolitana de Curitiba e o Deputado Rui Hara, assumiu com muita vontade de trabalho.

Todos, Sr. Presidente, com uma enorme folha de serviços públicos prestados ao Estado do Paraná.

Por isso, estou iniciando um trabalho com muita humildade, com muito respeito aos meus colegas de Partido, mas, com muita garra e muita disposição para o trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nosso Partido, nas últimas eleições para o Governo do Estado, portou-se com total liberdade de expressão de seus Parlamentares, sendo que cada um fez a sua opção. As eleições passaram e os nossos companheiros aqui estão hoje, com as mesmas opções: uns na Oposição e outros votando com o Governo!

A paixão partidária foi superada pela expressão de liberdade mais profunda e respeitosa, com cada Parlamentar escolhendo o seu caminho e a sua forma de comportamento nesta Assembléia Legislativa.

No entanto, temos um sentido comum: a defesa dos interesses da sociedade como um todo, e, a luta pela consolidação da democracia em nosso Estado e em nosso País.

O fortalecimento da social democracia é o nosso princípio e fim, e será a nossa luta e a nossa bandeira nesta próxima legislatura.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Consulta à Liderança do PT. Com a palavra o Sr. Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. e Sras. professores, funcionários, imprensa:

Quero manifestar, Sr. Presidente, minha opinião e respeito da questão das universidades. Não sou professor de universidade, mas sim de escola pública do ensino médio e fundamental. Faz quinze dias que me licenciarei do cargo de Diretor de um colégio estadual. Com a experiência que tenho de escola estadual, devo admitir que nos últimos anos houve muitas melhorias para as escolas estaduais de ensino fundamental e médio.

É visível a diferença do Governo Lerner e do Governo Requião. O Governo Requião avançou, com certeza, na melhoria da escola pública estadual, gradativamente. Este ano foi o primeiro em que a escola começou com o quadro completo, porque até então tínhamos muitas dificuldades, no início do ano, com a falta de pro-

fessores, com a falta de funcionários e com a insegurança. Ao longo dos anos, com os concursos públicos realizados, podemos dizer que a escola, hoje, tem como começar o ano com muito mais segurança, muito mais previsibilidade.

Houve uma recuperação salarial; houve uma melhoria na estrutura e nos equipamentos, mas ainda é grande a defasagem salarial. É grande a defasagem tanto das universidades quanto da escola pública do ensino fundamental e médio. Os professores do ensino fundamental e médio têm um piso salarial bem menor do que na universidades. O professor concursado, hoje, começa com um piso salarial de R\$ 515,00 (quinhentos e quinze reais) para vinte horas. Isso é quase o que ganha qualquer funcionário da administração. É muito inferior ao que ganha um funcionário com a mesma formação de um professor em qualquer área da administração estadual. Então, temos que avançar para corrigir essa defasagem.

O professor tem que ter orgulho da profissão, tem que ter segurança salarial quando vai para a sala de aula; e ele não pode ir para a sala de aula como se não tivesse uma outra rentabilidade melhor. Ele tem que ter orgulho daquilo que faz, mas para isso tem que ter uma recompensa salarial da altura da responsabilidade que o professor tem na formação de seus educandos.

Em breve vamos analisar, sim, um veto de um projeto que foi aprovado no ano passado e que estive analisando e o projeto é inconstitucional, porque não pode ter a iniciativa do Legislativo, pois esse projeto é de iniciativa do Executivo, porque também tem que considerar o impacto orçamentário-financeiro.

Mas acho, Sr. Presidente, que deveríamos segurar esse veto o máximo possível para avançarmos no diálogo com as entidades representativas das universidades estaduais do Paraná, para encontramos, junto ao Governo do Estado, uma solução que melhorasse a situação dos docentes deste Estado, porque a simples votação do veto - se mantivermos o veto do Governador - vamos criar um conflito com os professores do Paraná, embora sabendo que o projeto é inconstitucional e se derrubarmos o veto, no dia seguinte o Governo entra na Justiça, porque o projeto é inconstitucional e aí os professores vão ficar sem resposta sabe-se lá quanto tempo, até a Justiça analisar o mérito, analisar a situação desse projeto.

Então, acredito que o melhor caminho é segurarmos a análise do veto, abrir o diálogo com o Governador do Paraná para que encontremos uma situação de consenso, que talvez não seja aquilo o ideal esperado pelos professores, mas seja o possível, seja aquilo que o Estado pode arcar no momento. E uma outra frente que acho necessário fazermos, é junto aos Deputados Federais do Paraná, aos trinta Deputados que representam o Paraná em Brasília, lutarmos para que o Governo Federal compense os Estados que têm muitas universidades estaduais, porque o Paraná arca com uma despesa muito grande com o ensino superior, enquanto Estados como o Rio Grande do Sul têm por exemplo quatro ou cinco universi-

dades federais, porque o Estado do Rio Grande do Sul lutou por isso e o Estado do Paraná ficou décadas e décadas com apenas uma universidade federal.

Então, é possível, sim, junto ao Governo Lula, que já deixou claro que vai investir no ensino, vai investir na educação, procuramos uma compensação para o Estado do Paraná pelo fato de não ter muitas universidades federais, o que fica muito pesado para o Orçamento Estadual. Então, acho justo que busquemos em Brasília uma solução para que possamos melhorar a situação dos professores das universidades estaduais. E espero também que com essa melhoria, com essa compensação que o Governo Federal possa dar para as universidades estaduais, o Governo Estadual olhe com mais carinho as escolas do ensino fundamental e médio, que precisam da atenção do Governo, porque os professores anseiam por uma melhoria salarial e que eu acredito que o Governo Requião neste ano vai estar aberto para que possamos melhorar a situação da escola pública do Paraná, tanto do ensino fundamental, médio e ensino superior.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Ilustre Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Cida Borghetti, em nome dos quais quero fazer uma saudação aos demais parlamentares.

Ontem nós apresentamos um projeto para criação da Região Metropolitana de Cascavel procurando buscar aquele consenso de contemplar o Oeste do Paraná com seus cinquenta Municípios, assim como fez o Governador do Estado do Paraná remetendo a esta Casa na Legislatura passada o qual também o próprio Governo retirou o seu projeto. E retirou com a justificativa que os próprios Parlamentares não se entendiam, cada um começou a retaliar aquele projeto, cada região imaginou que pudesse criar uma Região Metropolitana para que politicamente pudesse corresponder aos anseios da sua população a qual representam.

Pois bem, participaram deste projeto, apresentado ontem além de mim, o Deputado Nereu Moura, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Reni Pereira e Chico Noroeste. Estou hoje, Presidente Nelson Justus, pedindo o arquivamento desse projeto, haja visto que me parece muito difícil a questão consensual e por isso, estamos hoje apresentando um outro projeto, com os mesmos Deputados, para que possa se cumprir o que diz, o que rege a Constituição Federal e a Estadual, ou seja, não se pode criar Região Metropolitana com mais Municípios do que aqueles que participam do limítrofe, ou seja, os

lindeiros, os vizinhos do próprio Município sede. Para que possamos cumprir o que diz a Constituição Federal, no seu artigo 25, parágrafo 3º nós vamos criar a Região Metropolitana de Cascavel, estamos propondo isso, espero contar com o apoio da maioria dos Srs. Parlamentares com apenas quatorze Municípios. Dos 49 propostos ontem, hoje estamos reapresentando um novo projeto com quatorze Municípios.

Gostaria até de justificar aqui o apoio que peço aos Srs. Parlamentares: por que se criou o ambiente para criar a Região Metropolitana? Foi promessa do Governador, ele cumpriu com a sua promessa, mandou para esta Casa e retirou o projeto. Então, agora eu quero dizer o seguinte: outras regiões merecem criar as suas Regiões Metropolitanas. Eu já quero me colocar à disposição para votar a favor da criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. Já havia uma proposição de Ponta Grossa e outra de Guarapuava, ontem, com meu apoio. Mas só gostaria da prudência no projeto da Região Metropolitana de Cascavel, que já tem até os cargos criados, pudesse receber respeito dos Srs. Parlamentares e principalmente a Bancada Governista que é a grande maioria, no mínimo três por um, que pudesse cumprir também ajudando o Governador com essa promessa que é a de criar a Região Metropolitana. Então está madura a Região Metropolitana de Cascavel. Sinto que é a vontade do Governador e a nossa proposta está aí para tramitar nesta Casa e eu gostaria muito

que os Parlamentares pudessem apoiar esta idéia.

Agora eu quero falar um pouquinho da questão das universidades. Estou vendo aqui um número não tão expressivo de representantes das universidades, porém, isso mostra também que os nossos técnicos e os nossos professores estão trabalhando. Então os que estão, aqui, hoje tem essa condição. Porque tenho certeza absoluta, que se não tivessem trabalhando nós tínhamos uma representatividade muito maior, aqui. O PDT sempre se pautou pela educação, pelo apoio, pelo investimento e pelo respeito aos professores. O PDT sempre articulou e orientou os seus militantes, principalmente aqueles que têm cargos, para que cuidem da educação infantil, do ensino básico, do fundamental e principalmente de 3º grau. Olha, tudo o que o Governo investir ainda é pouco, uma nação, um Estado, um Município só muda para melhor com educação, com investimento em educação. Temos que alertar, todos aqueles que têm responsabilidade com essa proposta da equiparação salarial, para que possamos dar a resposta a esses professores que estão deixando o nosso Estado, porque financeiramente outros Estados estão oferecendo salários bem acima daquele que o nosso Paraná oferece. Então vamos fazer justiça. Demoramos para formar os nossos professores universitários, gastamos dinheiro para formar os nossos doutores, para agora permitir que por uma questão salarial justa eles tenham que partir para outros Estados.

Quero também lembrar a morte de Darci Ribeiro. Ontem o Deputado Barbosa Neto fez um pro-

nunciamento na Câmara Federal, porque ontem começou a semana Darci Ribeiro organizada pela Fundação Leonel Brizola. A história de Darci Ribeiro todo mundo conhece, não vou fazer citações e nem discurso. Vou apenas deixar uma pérola que ele deixou para o povo brasileiro, que vale a pena lembrar porque hoje estamos discutindo aqui educação. Gostaria de atenção dos Srs. Parlamentares, principalmente aqueles que estão nos corredores para que pudesse transmitir essa mensagem deixada por Darci Ribeiro. Diz o seguinte: “Fracassei em tudo que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma Universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e também fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

Com isso encerro homenageando esse grande brasileiro e dizendo que vamos apoiar a equiparação salarial. Contem com o meu apoio na tribuna e contem com o meu apoio na derrubada do veto do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Não foi escolhido ainda o Líder da Oposição e gostaria de pedir-lhe a autorização, permissão de V. Exa. para fazer o uso por alguns minutos do Horário da Liderança da Oposição, porque quero fazer um alerta sobre o veto que iremos votar a seguir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está concedido o Horário da Liderança da Oposição a V. Exa.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Nós temos aqui hoje, e acredito se nós não levantarmos essa questão ou não debatermos, talvez possamos, por estar no início dos trabalhos, cometer um equívoco. O autor do projeto, Deputado Marcos Isfer, apresentou a esta Casa um projeto que diminui a taxa de cobrança de vistoria do IAP e o projeto tem um alcance social. Ele visa atender as pequenas propriedades no Paraná. Temos o exemplo de um pequeno agricultor que, para trabalhar em cima da sua propriedade necessita da vistoria do IAP, tem que pagar uma taxa. Nós estamos procurando, através da nossa assessoria, verificar a taxa que é cobrada de uma pequena propriedade rural, por exemplo, de trinta hectares. Ainda não obtivemos esta informação e sem essa informação, nós iremos votar o veto do Governador. O objetivo do autor do projeto é oportunizar aos pequenos proprietários do Paraná em não pagar a taxa de vistoria do IAP.

Eu acho que nada mais justo neste momento do que nós olharmos com atenção...

O Sr. Cheida (PT)

Um aparte, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir, Deputado Cheida, e acredito que V. Exa. possa contribuir, porque a minha grande preocupação é que votemos esse veto com o esclarecimento necessário, porque o autor hoje não está mais aqui e eu não tinha percebido que esse veto estava na Ordem do Dia.

Vejo no projeto um grande alcance social. Eu tenho visto aqui nesta Casa, muitos Deputados fazendo a defesa da pequena propriedade, do pequeno agricultor e esse pequeno agricultor passa há muitos anos, não só agora, por muitas dificuldades. Se nós estamos aqui agora com a oportunidade de uma lei que foi aprovada por esta Casa, que visa isentar aquele pequeno proprietário, aquela pequena propriedade de tamanho menor, de trinta hectares, se nós não derrubarmos o veto do Governador, nós estaremos aqui neste momento dizendo “não” aos pequenos agricultores do Paraná. Eu vi a arrecadação com essas taxas. Vi o levantamento feito pelo Deputado Marcos Isfer, que o IAP arrecadou com essas taxas, em torno de trezentos mil reais. Eu acredito que trezentos mil reais para o IAP é insignificante, mas se nós formos distribuir isto aos pequenos agricultores, ou melhor dizendo, às pequenas propriedades rurais, ela pode ser significativa. Quantos agricultores que não teriam hoje cinquenta reais para requerer ao IAP uma vistoria, para tentar viabilizar a sua propriedade.

Eu acho que este é o momento e eu logo a seguir dou o aparte ao Deputado Cheida que certamente, com muito mais conhecimento dessa questão do que nós que não somos da área, pode dar essa contribuição de esclarecimento e que possamos amadurecer. Eu não estou me opondo ao veto. Eu estou me colocando em favor da pequena propriedade, aquela que tem menos de trinta hectares.

Então, por esta razão eu peço aos Srs. Deputados. Imagine que estamos trabalhando com quantos agricultores nesse momento e nós não podemos votar cegamente essa questão sem debatermos e entendermos perfeitamente porque na justificativa do Governo não me convenceu. Deixa-me mais claro que é muito mais claro o IAP deixar de arrecadar trezentos mil reais, quatrocentos mil reais por ano a nós atendemos a milhares de pequenas propriedades rurais que de repente não estou nem falando daquelas que já requereram, mas daqueles que não requereram porque não têm recursos para requerer e pagar a taxa, porque neste Brasil a grande verdade é a seguinte: nós somos campeões em cobrar, tudo se cobra. Quem produz neste País e está aqui o exemplo da pequena propriedade, nós taxamos a pequena propriedade, aquela de tamanho menor de trinta hectares, e aí aprovamos um projeto de grande alcance social, de repente viabilizando

milhares de propriedades para ter o apoio do Instituto Ambiental do Paraná, e aí vem o veto aqui dando uma justificativa que não vai resolver os problemas que traz essa justificativa.

Por esta razão, dou aparte ao Deputado Cheida, que certamente com o conhecimento e com a experiência que V. Exa. tem dessa área, trazer esclarecimentos a este Parlamentar.

O Sr. Cheida (PT)

Agradeço e no sentido de ajudá-lo neste questionamento acerca de qual é a taxa cobrada pelo pequeno produtor: é zero, o IAP já não cobra através da Portaria 233 de 26 de novembro de 2004, não taxa o pequeno produtor. O pequeno produtor é considerado, hoje, de cinquenta hectares para baixo. Perfaz um total de 72% dos proprietários do Paraná das trezentas mil propriedades do Estado, o que daria em torno de 212 mil proprietários rurais do Paraná.

Apenas agradeço o aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas se não me equivoquei no que ouvi, V. Exa. afirma que há uma portaria. Eu ficaria com a lei.

O Sr. Cheida (PT)

Apenas para dizer que se fundamenta a portaria numa lei. A Lei nº 10.233 de 1992. A portaria fundamenta-se na lei.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu até pedi para que o Presidente me autorizasse a fazer uso da Liderança da Oposição, para oportunizar esses apartes, porque também tenho dúvidas e no horário do encaminhamento, não tem apartes. Por isso levanto esse encaminhamento para poder esclarecer e dar a minha contribuição, para que eu possa votar com consciência de que estou fazendo o que é correto.

O Sr. Pedro Ivo (PT)

A Portaria que se baseia na referida lei que V. Exa. mencionou, na prática, acaba não funcionando, porque a lei menciona, existe uma diferença entre módulos fiscais e módulos rurais. O Módulo Fiscal se baseia - num módulo varia se for um pecuarista, um módulo é “x” hectares. Se for um módulo hortifrutigranjeiro, um módulo é bem menos. Chega na hora do agricultor pedir a isenção da lei, ele depara-se com este problema, porque nem ele sabe quanto é o módulo e nem o pessoal do IAP sabe.

Então, acho que seria prudente sua ponderação e nós, realmente, derrubarmos esse veto do Governador, porque aí sim nós estaríamos disciplinando de forma mais clara, em cima de uma quantidade “x” de hectares e que passaria a ser a partir de uma lei, porque realmente é uma questão social muito grave, Deputado Cheida, a situação que vivemos com agricultores miseráveis, muito pobres e que estão recorrendo à iniciativa privada para

fazer o SISLEG pagando as taxas, ainda continua se cobrando as taxas. E percebemos isto no dia-a-dia nas comunidades.

Então, quero me somar ao seu pleito, Deputado Rossoni. Eu acho que é justo que normatizemos, através de leis, porque aquela lei antiga nem o pessoal do IAP sabe quanto é um módulo fiscal ou um módulo rural. E acaba tendo uma confusão muito grande, tanto para os funcionários do IAP quanto para o agricultor.

Então, através de uma quantidade “x” de hectares, nós estaríamos disciplinando e deixando clara a lei.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Inclusive, aproveitando os apartes, só pelo fator de termos na portaria cinquenta hectares e estarmos fixando em lei trinta hectares, já demonstra que o objetivo desta lei é normatizar, é esclarecer, porque senão chega no que o Deputado Pedro Ivo há pouco esclareceu. Nós, que trabalhamos e representamos uma região e pequenos agricultores e pequenas propriedades, nós sabemos das grandes dificuldades que eles enfrentam para chegar no IAP, recolher as taxas e às vezes não faz isso, trabalha irregularmente por falta de recursos, de não poder pagar a taxa.

Então, acredito que a forma de nós darmos oportunidade a estes pequenos proprietários é não cobrando. Porque aí não há o argumento de quando receber uma fiscalização do IAP, o agricultor dizer: “olha, eu estava trabalhando na minha propriedade sem uma vistoria, porque eu não tinha os recursos para requerer a vistoria”.

Porque um agricultor que mora distante da cidade, lá no interior de Guarapuava, não é só a taxa que ele tem que pagar. Ele terá que ir à cidade, terá o deslocamento, terá que ter os recursos antecipados, para depois aguardar o IAP fazer a vistoria e que às vezes não tem nem os funcionários necessários para ir à propriedade fazer a vistoria. E demora cinco, seis meses, um ano, dois anos. E disto nós temos exemplos.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli e espero uma contribuição de V. Exa. para esta lei que foi aprovada e ora vetada pelo Sr. Governador.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

Agradeço, Deputado Rossoni.

Meu aparte é no sentido de poder reconhecer que, claro, suas palavras são palavras justas e todos nós podemos falar em apoiar a agricultura familiar, especialmente a agricultura familiar, e ter uma atuação contraditória no Parlamento.

Por isso, quero lhe dizer o seguinte: o governo, quando vetou este projeto de lei, fez porque primeiro a redação do projeto de lei está rigorosamente errada. Por quê? Porque ela suprime a isenção deste artigo, pela técnica de redação, enfim, pela não observância da técnica de redação, quando foi feita a alteração do artigo 4º da Lei nº 10.233, que retirou a isenção dos empreendimentos, das taxas de serviços dos empreendimentos habitacionais.

onais de caráter social que o IAP concede, por conta da existência desta lei.

Este, objetivamente, é o primeiro problema que nós temos, na verdade, que cria um embaraço muito grande, porque suprime, de forma injusta, um direito já existente em relação aos empreendimentos habitacionais de caráter social. Além disso esta Casa aprovou em dezembro do ano passado, uma lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que trata justamente da regulamentação desse tema, da isenção das taxas.

Pediria, em respeito ao bom senso, a retirada por dez Sessões da votação desse veto para esclarecermos de forma clara. Traz aqui a assessoria o Projeto de Lei nº 531/06 que altera o artigo 4º da lei 10233 de 28 de dezembro.

(Lê o projeto)

Pedimos então a retirada, se houver concordância, porque me parece que o tema está inteiramente contemplado pela lei elaborada por esta Casa de Leis.

Muito Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concordo com o posicionamento do Líder do Governo de adiarmos essa votação.

Estou fazendo aqui na preocupação de esclarecer para mim mesmo. De um lado vejo o Deputado Cheida, que tem profundo conhecimento disso, falou da portaria; e de outro lado o Deputado Pedro Ivo, que também é profundo conhecedor dessas questões.

Se nos atermos à própria justificativa do Governo, já demonstra que o próprio Governo não vetou baseando-se na lei. A justificativa dele aqui é completamente vazia. Acredito que a prudência neste momento deva prevalecer e eu para não votar contra, porque posso prejudicar outra lei que ora surge, que não está aqui na justificativa do próprio Governo, porque se o Governo manda aqui uma justificativa dizendo que existe a lei tal, poderia ter ocupado um pouquinho mais de papel trazendo uma justificativa plausível, eu não teria nenhuma dúvida. Como a justificativa não é esclarecedora, ficou uma dúvida e poderíamos adiar.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, a justificativa do veto foi feita no dia 19 de abril de 2006. E esta Casa votou em dezembro de 2006 essa nova lei. Por conta disso que não poderia estar essa nova lei na justificativa do veto anterior. Porque são oito meses de diferença que separam a aprovação da nova lei do veto.

Só para esclarecer a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, V. Exa. há de convir comigo que é obrigação do Governo trazer os esclarecimentos na justificativa do veto. Por isso, agora, levantada essa dúvida, fica para nós esclarecido. Se for oito meses, um ano, dois anos, essa é uma outra questão.

Sr. Presidente, se é que represento a Liderança da Oposição, neste momento, concordo com a proposição do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita ao Líder do Governo que, por gentileza, apresente um requerimento para que possamos adiar a matéria que, realmente, é de extrema importância, como bem levantou o Líder da Oposição e, também, o Deputado Pedro Ivo, com a facilidade de termos ainda o Deputado Cheida, que é um profundo conhecedor do assunto.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Coube-me informar aos Srs. Deputados que está aberto, portanto, o prazo constitucional para apresentação de emenda à Proposição nº 35/07, que objetiva reduzir o recesso parlamentar.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 029/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante de expediente, justificando a sua ausência da Sessão Plenária de hoje, 28 de fevereiro de 2007, por estar se submetendo a uma pequena intervenção cirúrgica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Reni Pereira e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, comunicando que a partir desta data o Partido Verde passará a integrar a Bancado do Bloco Parlamentar PSB/PRB, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 002/07, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo a criação da Região Metropolitana da Fronteira com o Paraguai e Argentina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Edson Strapasson para representar esta Casa de Leis na Reunião do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL - UPM, nos dias 01 e 02 de março próximo, na cidade de Porto Alegre-RS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL - UPM, no dia 02 de março próximo, na

cidade de Porto Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Duílio Genari, Elton Welter, Chico Noroeste e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado. Constante do expediente.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 02/07, de autoria da Comissão Executiva. Fica alterado dispositivo do Regimento Interno (parágrafo 4º do artigo 12). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposição)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 036/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 674/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da Taxa Ambiental, no cadastramento do sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente - SISLEG-IAP. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 041/06

Curitiba, 19 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 029/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do

artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 674/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, considerando a medida contrária ao interesse público porque, tal como está posta e redigida, é eivada de injustiça, pois suprime isenção, já existente, de taxas por serviços do Instituto Ambiental do Paraná em favor de empreendimentos habitacionais de caráter eminentemente social e, ainda, tendo em vista que implicaria em alteração da receita da referida entidade autárquica, sem os preliminares e necessários estudos e proposições de órgãos do Poder Executivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 674/05 encontra-se publicado no DA nº 120/05, de 31 de outubro de 2005, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 036/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 674/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da Taxa Ambiental, no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 165 de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do

expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 036/06 item 02 da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Em nome da Liderança do PPS, gostaria de ressaltar, com relação a esse pedido de adiamento da votação, que não podemos adiar por muito tempo: seis, oito ou dez meses. Precisamos analisar o mais rápido possível porque o problema dos pequenos produtores é muito grave e é uma proposição do PPS.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Procede. O adiamento foi concedido por apenas dez Sessões.

Com sua discussão adiada, Requerimento nº 113 de Sessão anterior, do Deputado Jocelito Canto, pedido de informação ao Governo do Estado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Neste requerimento, Sr. Presidente, estou pedindo a documentação dessa polêmica criada no Paraná.

Este é o requerimento da rodovia, Sr. Presidente?

Dos dez milhões?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, o que eu quero na verdade, é tirar algumas dúvidas. Hoje, inclusive, vi uma manchete no jornal, que o Prefeito Beto Richa diz que vai ao Banco Americano pedir providências, porque entende que a Capital do Estado está sendo prejudicada e não está recebendo o que deveria, em função desta briga entre Richa e o Governador Requião.

Então quero esclarecer, porque aqui nesta Casa, tem um companheiro nosso - e quero ter muito respeito pelos companheiros desta Casa - mas o Deputado Edson Praczyk foi vítima de uma calúnia, foi vítima de uma denúncia que esta Casa comprovou que não procedia e isso se comprovou lá atrás - se fez uma denúncia contra um companheiro nosso, esse companheiro sofreu, bateram nele e na hora da prova, não teve prova e ele passou por mentiroso. Hoje sofre por onde anda, porque diz que alguém falou algo que não pôde provar contra ele e aí ele pede autorização a esta Casa para abrir um processo judicial - o que acho justo - e acho antidemocrático esta Casa não permitir, por exemplo, abrir o direito de ele poder se defender, porque ninguém pode ser caluniado até que se prove o contrário, pelo menos a lei determina isso.

Então, essa confusão de novo envolvendo o Governador Requião e o Prefeito de Curitiba Beto Richa e o ex-assessor, o irmão do Prefeito, precisa ser esclarecida. Vai ter uma CPI, mas essa CPI vai ter um prazo, vai demorar

e como são muitas CPIs, tudo demora. E como tem CPI nesta Casa que não foi nem votada, consultaria a V. Exa., aproveitando a ocasião, Sr. Presidente: se aquelas CPIs que não foram votadas na Legislatura anterior, como a PARANACIDADE e Jogos da Natureza, nós podemos votar o relatório nesta Legislatura ou acabou, morreu, terminou e não tem mais direito?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Respondendo à Questão de Ordem de V. Exa.: não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pois é! Então, vejam bem: as CPIs trabalharam, levantaram desvios nos Jogos da Natureza, levantaram desvios no PARANACIDADE...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero solicitar a V. Exa., que está encaminhando um requerimento de envio de Pedido de Informações ao Governador do Estado: por gentileza, Deputado Jocelito Canto, atenha-se ao seu requerimento. O seu requerimento é um Pedido de Informações ao Governador Requião. Quero colocá-lo o mais rápido possível em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só queria, então, Sr. Presidente, pedir que os companheiros aprove, porque quero só pegar essa documentação, porque temos uma denúncia que alguém pegou dez milhões e não foi um policial que estava à disposição. São dez milhões e é muito dinheiro e é uma denúncia.

Então, vamos pegar esses documentos e cabe a esta Casa buscar esses documentos e quero receber esses documentos para analisar. É só o que estou pedindo: os documentos para ver o que aconteceu de fato, Sr. Presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, sugiro à Presidência desta Casa que determine aos profissionais do som que não fiquem, em todas as reuniões dificultando, para que possamos falar imediatamente quando nos colocamos na frente do microfone. É a quinta vez, vamos dizer, que estou vendo isso aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Waldyr Pugliesi, há uma renovação no sistema aqui e independente dos nossos funcionários lá em cima, a responsabilidade é da Mesa mesmo e nós é que nos atrapalhamos com o aparelho.

Estamos nos adaptando ainda a este teclado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, ontem pedimos para discutir o requerimento que foi feito pelo nobre Deputado Jocelito Canto e não temos nenhuma intenção de fazer com que ele não tenha acesso à documentação que ele está procu-

rando, ela é pública e estamos pedindo para a Bancada do PMDB, para a Bancada de sustentação do Governo que vote favoravelmente a esse requerimento para que o Deputado Jocelito Canto tenha, no menor tempo possível, toda a documentação que ele está buscando.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é claro que os Deputados têm razão, inclusive o Deputado Waldyr Pugliesi tem toda razão quando reclama da questão do som. Não é sair em defesa dos nossos companheirinhos que estão ali naquela sala, é que a nossa aparelhagem, V. Exa. sabe disso, é obsoleta, é atrasada e com certeza será modernizada.

Hoje V. Exa. sabe que dá para controlar todo esse plenário com apenas um computador com um programa bem feito. Então é preciso também sair em defesa dos nossos companheirinhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o requerimento. **Aprovado**

Também com a sua discussão adiada, Requerimento nº 115 do Deputado Fábio Camargo de Sessão anterior, requerendo a formação de uma Comissão de Deputados para realização de audiência pública na Cidade de Jaguariaíva.

Esta Presidência avoca para si, a Mesa avoca para si a responsabilidade deste requerimento, e no momento oportuno responderá ao Deputado Fábio Camargo. **À Comissão Executiva para deliberação.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, atendendo até a uma solicitação de V. Exa. quero comunicar aos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, que na próxima segunda-feira às 13h30, faremos a segunda reunião da CCJ, com objetivo de analisar e dar parecer a todos os projetos e mensagens apresentadas no ano de 2007.

Convido e aproveito para comunicar aos nossos Pares que são membros da Comissão de Constituição e Justiça para, na segunda-feira às 13h30, na sala das Comissões, participarem da reunião da CCJ.

Muito obrigado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 140 e 141, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 142, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 146 a 148 e 155, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 149 e 150, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 153, de autoria do Sr. Deputado Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 156, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 157 e 158, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 162, de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 1º de março, às 09h30, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 124 e 125/05.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para compor esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Stephanes Júnior e Ribas Carli Filho para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o

(aa) LEY LEPREVOST, LUIZ NISHIMORI,
RIBAS CARLI FILHO, PLAUTO MIRÓ, TERUO
KATO, STEPHANES JÚNIOR.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

(aa) PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, DOBRANDINO DA SILVA, FRANCISCO BÜHRER, EDSON STRAPASSON, DOUGLAS FABRÍCIO e RIBAS CARLI FILHO.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO

(aa) MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, LUIZ NISHIMORI, DUÍLIO GENARI, PÉRICLES DE MELLO, EDSON STRAPASSON e DOBRANDINO DA SILVA.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

(aa) NEREU MOURA, ARTAGÃO JÚNIOR,
DUÍLIO GENARI, PLAUTO MIRÓ, RENI
PEREIRA, PÉRICLES DE MELLO, JOCELITO
CANTO e ANTONIO ANIBELLI.

